

DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA ÀS MEDIDAS DE  
PROTEÇÃO: ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO ACOLHIMENTO  
INSTITUCIONAL EM PORTO ALEGRE

*Micheli Viegas Bento*  
*Tháisa Teixeira Closs*

Este trabalho discute a trajetória das práticas de institucionalização infanto-juvenil no decorrer da história brasileira, do período colonial até a atualidade, com ênfase no cenário local da cidade de Porto Alegre/RS. A pesquisa que o origina teve como objetivo investigar a trajetória do atendimento a esse público, a fim de contribuir para as reflexões sobre o acolhimento institucional enquanto medida de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes na atualidade. Destaca-se a relevância desse estudo visto que o mesmo fomenta o conhecimento das concepções que orientaram as práticas sociais nessa área, subsidiando assim os fundamentos teóricos do Serviço Social, uma vez que discute um campo histórico de trabalho da profissão, ainda fortemente requisitado ao Serviço Social. Considerando a configuração da rede de proteção social em Porto Alegre, existe pelo menos um assistente social por unidade de abrigo ou por agrupamento de casa lar, totalizando, atualmente, aproximadamente oitenta e três serviços em funcionamento na capital. Ressalta-se também a originalidade do estudo, tendo em vista que na literatura especializada em história não foram encontradas produções com esse enfoque, abarcando a história dos diferentes períodos da institucionalização da infância na realidade porto-alegrense. O trabalho foi desenvolvido mediante uma revisão bibliográfica sobre a assistência à infância no cenário nacional e porto-alegrense, tendo como principais referências Eva Teresinha Faleiros, Vicente de Paula Faleiros, Irene Rizzini, Irma Rizzini, Francisco Pilotti e Jorge Gilberto Krug. Também foi desenvolvida pesquisa histórica com ênfase para a realidade de Porto Alegre, tendo como fontes documentos históricos dos acervos da Biblioteca Nacional Digital (DNG), em especial: o *Jornal do Dia/RS*, o *Diário de Notícias/RS*, o *Jornal O Momento/RS*, o *Jornal dos Bairros/RS*. Foram também coletadas imagens históricas e analisados relatórios das principais instituições de assistência a infância, tais como: Santa Casa de Misericórdia da capital, Sociedade Humanitária Padre Cacique de Barros, Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio e FASE/RS. A história da assistência à infância encontra um divisor de águas importante na década de 1990, com a inauguração da perspectiva de

proteção integral consolidada no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o qual afirma a condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos e o acolhimento institucional enquanto uma medida de proteção, muito distinto das históricas práticas de institucionalização. Em aproximadamente 500 anos de história da assistência à infância e juventude são apenas três décadas dessa conquista, construída a passos lentos e que, portanto, deve ser lembrada e conhecida para ser defendida. Ou seja, é preciso compreender a realidade em suas contradições e lutas sociais, com vistas a garantia desses avanços conquistados na área da infância, os quais recorrentemente são questionados por forças conservadoras. Nessa perspectiva, investigou-se as práticas individuais e filantrópicas, a doutrina penal do menor e a doutrina de situação irregular, abarcando: o sistema colonial de roda dos expostos, início das práticas de institucionalização desses sujeitos; a judicialização da infância pelo Código de Menores (1927) e o Serviço de Atenção ao Menor; a Fundação de Bem-Estar ao Menor e o Segundo Código de Menores (1979), construído sob a ideologia de segurança nacional. Dessa forma, a compreensão da criança e do adolescente como pessoas que possuem direitos e precisam de proteção especial integral devido às peculiaridades desse momento do desenvolvimento humano, datam do período recente, como já referido. Trata-se de uma concepção muito distinta do período em que se iniciou a invasão e colonização das terras nativas, por exemplo, em que a infância pobre era vista como estratégia para a conquista do território e utilizada como mão de obra nas embarcações. Ou até mesmo considerado como um sujeito subalterno na figura “do menor”, perigoso perante a moral e à “ordem” e que precisa ser contido, institucionalizado e “educado”. Constatou-se também importantes reflexos desse passado histórico na configuração da política para a infância, a exemplo das iniciativas filantrópicas e caritativas em detrimento do papel do Estado nas respostas às expressões da questão social, reatualizadas nas parcerizações e arranjos público-privados. Além disso, foi possível compreender importantes elementos que marcam profundamente a história da institucionalização da infância em Porto Alegre, os quais estão aprofundados no estudo.

## Referências

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Disponível em:

<https://bdigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 203-222.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. *In*: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

KRUG, J. G. Breve síntese histórica da atenção ao Menor no Rio Grande do Sul. **Febem Estudos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 39-43, 1985.

MACEDO, F. R. de. **Os Menores abandonados e o Padre Cacique de Barros**. Porto Alegre: Carag, 1982.

NETO, A. Q.; CRAIDY, C. M.; KRUG, J. G.; OLIVEIRA, I. P. FEBEM - 10 anos ensaio diagnóstico preliminar descritivo. **Febem Estudos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 45-93, 1985.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SOCIEDADE HUMANITÁRIA PADRE CACIQUE. **Relatório da Sociedade Humanitária Padre Cacique (1942)**: Asylo Santa Theresa, Asilo Mendicidade e Asylo S. Joaquim. Porto Alegre: 1944. Disponível em: [http://www.fase.rs.gov.br/wp/wp-content/uploads/2015/06/LIVRO\\_1942.pdf](http://www.fase.rs.gov.br/wp/wp-content/uploads/2015/06/LIVRO_1942.pdf). Acesso em: 10 jun. 2019

<p>A DIMENSÃO ÉTICA NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ESPANHA: DADOS PRELIMINARES DE PESQUISA INTERNACIONAL</p>
---

*Tatiana Reidel*  
*Anderson da Silva Fagundes*  
*Carolina Medina Ribeiro dos Santos*  
*Elisiane Wolf de Fraga*

Este trabalho socializa dados preliminares de pesquisa internacional cuja questão central visa responder: “Como se configura a dimensão ética na formação e no trabalho de assistentes sociais na Espanha?” Objetivamos contribuir para o debate da formação com finalidade de avançar nos estudos sobre aproximações e particularidades entre Espanha e Brasil. Ressaltamos que a ética é a ciência que estuda, discute e reflete sobre a moral alicerçada na perspectiva filosófica, permitindo à humanidade o aprofundamento no campo de análise, indagação crítica sobre seu objeto. Para a categoria, no Brasil, a “[...] ética se diferencia de uma ética abstrata, discursiva, cuja implicação concreta não se mani-